



22/04/97

1ª Atuação:	Assinado:
<i>22/04/97</i>	<i>Assinado - 22/04/97</i>
2ª Atuação:	
3ª Atuação:	

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

PROJETO DE LEI Nº 1494, DO EXERCÍCIO

COMISSÕES PERMANENTES DE

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROCESSO N.º 026/97

DATA 04 / 04 / 97

RENDENTE: PRESENCIA MUNICIPAL

ASSUNTO: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER

DESCONTO NO IPTU, DOS EXERCÍCIOS DE 1992, 1993,

1994, 1995 E 1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
RUA DO COMÉRCIO, 566 - FONE/FAX (051) 652-1399

A T O N.º 019

INCLUI O PROJETO DE
LEI N.º 1434, DO EXECUTIVO, NA PAUTA
DOS TRABALHOS.

Ver. FERNANDO RUSKOWSKI LOPES, Presidente da
Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas
atribuições legais e na forma regimental, de conformidade
com o artigo 35, inciso 1, letra "f", do Regimento Interno
da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, inclui na pauta
dos trabalhos, o Projeto de Lei n.º 1434, do Executivo.

Outrossim, a Presidência, usando das atribuições
que lhe confere o artigo 54, do Regimento Interno da Câmara
Municipal de Vereadores de Butiá, encaminha o Projeto de
Lei n.º 1434, do Executivo, às Comissões Permanentes,
para na forma regimental, receber o Parecer das mesmas.

Sala das Sessões, 04 de abril de 1997.

Ver. Fernando Ruskowski Lopes
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Em, 04 de abril de 1997.

Ver. José Ari Kalata

1.º Secretário



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

Butiá, 31 de março de 1997

1434

SENHOR PRESIDENTE:

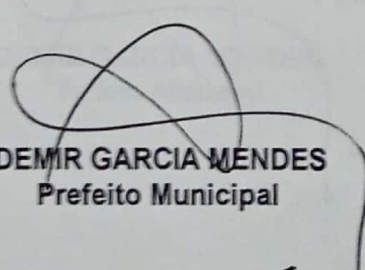
Tendo em vista a dificuldade financeira porque vem passando o nosso município, bem como a difícil situação sócio-econômica de nossa comunidade, fazendo com que o contribuinte sinta cada vez mais dificuldade em atender aos seus compromissos tributários e considerando a falta de perspectivas de um plano, por parte dos Governos Federal e Estadual, que venha facilitar o nosso sistema econômico, vimos, pelo presente, apresentar a essa Casa Legislativa, um plano de descontos no pagamento do IPTU, através do qual os contribuintes que se encontram em débito com a Fazenda Municipal, referente aos anos de 1992 a 1996, possam atualizar esse pagamento e, conseqüentemente, gerar um aumento de receitas próprias.

Outrossim informamos que os índices de descontos propostos são os seguintes, os quais deverão ser pagos dentro do presente exercício: 25% para pagamento efetuado à vista, 20% para pagamento efetuado em duas parcelas, 15% para pagamento efetuado em até três parcelas e 10% para pagamento efetuado em até quatro parcelas.

As alterações propostas visam incrementar a arrecadação municipal, por conseguinte aumentando também a receita do Poder Legislativo, além de oportunizar aos contribuintes, a capacidade financeira para o pagamento dos tributos devidos, equacionando os mesmos dentro de seus orçamentos.

Isto posto, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, solicitamos a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei, em Regime de Urgência Urgentíssima, a fim de que possamos executá-lo com a maior brevidade possível.

Atenciosamente,


ADEMIR GARCIA MENDES
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

PROJETO DE LEI Nº 1434

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER DESCONTO NO IPTU, DOS EXERCÍCIOS DE 1992, 1993, 1994, 1995 E 1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR GARCIA MENDES, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

ARTIGO 1º - É o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, dos exercícios de 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996, que obedecerá aos seguintes índices de descontos, desde que pagos até o dia 30 de dezembro de 1997:

- a) Para os pagamentos efetuados à vista, um desconto de 25%
- b) Para os pagamentos efetuados em duas parcelas, um desconto de 20%
- c) Para os pagamentos efetuados em três parcelas, um desconto de 15%
- d) Para os pagamentos efetuados em quatro parcelas, um desconto de 10%

ARTIGO 2º - Fica alterado o Artigo 198 da LEI nº. 500/81, que passa a ter a seguinte redação: "O parcelamento do crédito tributário será disciplinado por Decreto do Executivo, mas não excederá a 12 (doze) parcelas mensais.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em

04/04/97
ADEMIR GARCIA MENDES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em

MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES TRINDADE
Secretária Municipal de Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

Rua do Comércio, n.º 566 - Fone (051) 652-1399

Comissão Permanente de

Constituição, Justiça e Redação Final.

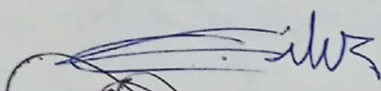
Processo nº : 015/97

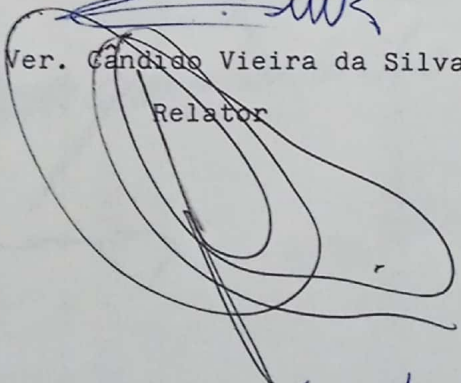
Parecer nº : _____ Data : 11 / 04 / 97

Referência : Projeto de Lei nº 1434 do Executivo.

O Projeto em epígrafe não apresenta vícios de ilegalidade e inconstitucionalidade, está redigido dentro de boa técnica legislativa-redacional estando apto a ser submetido a apreciação dos nobres pares membros da comissão, relativamente a meu voto favorável à aprovação, quanto aos aspectos supra referidos, como medida preliminar à votação em plenário.

Sala das Sessões, 11 de abril de 1997.


Ver. Cândido Vieira da Silva
Relator


Ver. Cândido Vieira da Silva



ESTADO DO PARANÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBA
RUA DO COMÉRCIO, 386 - FONE: 330.0000

Comissão Permanente de

FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMBAMENTO DE BENS

Processo nº: 015/97

Parâmetro nº: _____

Data: 10 / 04 / 97

Referência: Deliberação do Poder Executivo a conceder desconto no IPTU,

de 22, 23, 24, 25 e 26.

Com relação ao Projeto que autoriza o Poder Execu-
tivo a conceder descontos no IPTU, nos anos de 92 à 96, e mesmo
já auxiliar o contribuinte inadimplente a regularizar sua si-
tuação junto à municipalidade, fazendo assim aumentar os índi-
ces de arrecadação, pelo qual segue favorável, é o Parecer,

Em Curitiba, 10 de abril de 1997.

Ver. Antônio Carlos de Oliveira

Relator

Antônio Carlos de Oliveira

[Assinatura]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
RUA DO COMÉRCIO, 566 - FONE/FAX (051) 652-1399

A U T Ó G R A F O N.º 014

PROJETO DE LEI N.º 1434
De: 04 de abril de 1997.

Ver. FERNANDO RUSKOWSKI LOPES, Presidente da
Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas
atribuições legais, DECLARA que, nesta data, esta Casa
Legislativa aprovou o Projeto de Lei n.º 1434, do Executivo,
em uma única votação, por unanimidade.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Em, 22 de abril de 1997.

Ver. Fernando Ruskowski Lopes
Presidente